



60 ANOS DO GOLPE MILITAR: A EDUCAÇÃO BRASILEIRA ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Marisa Bittar [*]

Dedico este artigo à memória de **Amarílio Ferreira Jr.**, meu companheiro de vida, das lutas contra a ditadura militar e parceiro intelectual¹.

Em março de 2024, o Brasil completou 60 anos do golpe de Estado que instituiu a ditadura militar (1964-1985). Sua política para a educação foi contraditória: de um lado, controlou o aparelho escolar em todos os níveis; de outro, expandiu o sistema. Hoje, estamos completando 40 anos da conquista da democracia (1985) e, como o tempo é o senhor da história, 2024 nos permite melhor compreender 1964. Esse artigo se baseia na teoria segundo a qual conhecemos melhor o passado à medida que os acontecimentos geram seus frutos. Com essa perspectiva, neste artigo baseamo-nos em fontes primárias, secundárias, documentos e músicas da época, como também em nossa própria vivência contra a ditadura militar. Contudo, não fazemos uso dessa experiência para criarmos uma narrativa pessoal, já que, para nós, toda historiografia deve ser equilibrada entre subjetividade e objetividade. Desse modo, são apresentadas as razões do golpe de Estado de 1964; a política educacional da ditadura militar e seus desdobramentos nas quase quatro décadas subsequentes ao seu fim (1985). O título do artigo e as conclusões sobre esses 60 anos são inspirados na teoria de Fernand Braudel sobre mudanças e permanências que caracterizam todo processo histórico da humanidade. São três as conclusões principais: 1. o País avançou na expansão do ensino superior e no fortalecimento da pesquisa; 2. Persistem graves problemas no sistema público da escola básica; 3. A construção da democracia se mostra mais difícil do que imaginada no começo da década de 1980.

Palavras-chave: Ditadura militar no Brasil; resistência democrática; reformas educacionais.

60 YEARS OF THE MILITARY COUP: BRAZILIAN EDUCATION BETWEEN CHANGES AND PERMANENCE

Abstract

In March 2024, Brazil celebrated the 60th anniversary of the coup d'état that instituted the military dictatorship (1964-1985). its policy on education was contradictory: on the one hand, he controlled the school apparatus at all levels; on the other, it expanded the system. Today, we are living in the future

¹ Amarílio Ferreira Jr. escreveu parte deste artigo comigo durante a sua luta contra o câncer, perdida em 3 de abril de 2024.



of the 60th anniversary of the military coup and the almost 40th anniversary of the conquest of democracy (1985) and we can better understand the events that provoked the dictatorship bear fruit. With this theoretical perspective, this study is based on primary and secondary sources, documents and music of the time, as well as on the authors' experience against the military dictatorship. It presents the reasons for the 1964 coup d'état; the educational policy of the military dictatorship and its developments in the almost four decades following. It shows that the country has advanced in the expansion of higher education and in the strengthening of research in contrast to the serious and persistent problems in the public basic school system. The conclusions about these 60 years are inspired by Fernand Braudel's theory of changes and continuities that characterize the entire historical process of humanity. There are three main conclusions: 1. Brazil has made progress in the higher education and in research; 2. Serious problems persist in the public basic school system; 3. Building democracy proves to be more difficult than imagined at the beginning of the 1980s.

Keywords: Military dictatorship in Brazil. Democratic Resistance Educational reforms.

60 AÑOS DEL GOLPE MILITAR: LA EDUCACIÓN BRASILEÑA ENTRE LOS CAMBIOS Y LA PERMANENCIA

Resumen

En marzo de 2024, Brasil celebró el 60º aniversario del golpe de Estado que instituyó la dictadura militar (1964-1985). Su política educativa era contradictoria: por un lado, controlaba el aparato escolar a todos los niveles; por otro, amplió el sistema. Hoy vivimos en el futuro del 60º aniversario del golpe militar y del casi 40º aniversario de la conquista de la democracia (1985) y podemos entenderlos mejor a medida que los hechos que provocaron la dictadura dan sus frutos. Esto se debe a que, a medida que se desarrolla el presente, no hay certeza sobre cuál de sus probabilidades se convertirá en futura. Con esta perspectiva teórica, este estudio se basa en fuentes primarias y secundarias, documentos y música de la época, así como en la experiencia de los autores contra la dictadura militar. Presenta las razones del golpe de Estado de 1964; la política educativa de la dictadura militar y su evolución en las casi cuatro décadas posteriores a su fin (1985). Muestra que el país ha avanzado en la expansión de la educación superior y en el fortalecimiento de la investigación, en contraste con los graves y persistentes problemas del sistema público de educación básica. Las conclusiones sobre estos 60 años se inspiran en la teoría de los cambios y permanencias de Fernand Braudel que caracterizan todo el proceso histórico de la humanidad. Hay três conclusiones principales: 1. Brasil há avanzado en la ampliación de la educación superior e en la investigación; 2. Persisten graves problemas em el sistema de educación básica pública; 3. La construcción de la democracia resulta más difícil de lo que se imaginaba a principios de los años ochenta.

Palabras clave: Dictadura militar em Brazil. Resistência democrática. Reformas educativas.



INTRODUÇÃO

Levantamentos sobre a produção em história da educação brasileira nas últimas décadas mostram que a ditadura militar não se tornou um dos seus temas mais pesquisados desde a conquista do Estado de Direito democrático (1985). Mesmo no campo político, considerando as necessidades requisitadas pela construção da democracia no País, os acontecimentos da ditadura militar não foram centrais exceto quando o governo de Dilma Rousseff (PT), em 2011, atendendo a demanda de familiares dos mortos e desaparecidos durante a ditadura, criou a Comissão da Verdade para apurar crimes políticos e violações aos direitos humanos cometidos no Brasil entre 1946 e 1988. Diante desse panorama, em 1993, Amarílio Ferreira Jr. e eu decidimos criar um Arquivo sobre a ditadura militar no Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Esse Arquivo contou com dezenas de estudantes ao longo de trinta anos durante os quais orientamos monografias, pesquisas de Iniciação Científica, Mestrados e Doutorados sobre temas relacionados à ditadura militar. Composto por um acervo de livros e documentos raros, o Arquivo abrange também recortes de jornais e fotografias.

Envolvidos com o tema da ditadura militar em termos pessoais e profissionais, indagávamo-nos sobre o que poderia explicar o desinteresse da pesquisa acadêmica por esse passado da história política brasileira. Três razões nos pareceram plausíveis: a) escassez de fontes; b) o desejo de que esse passado, por sua negatividade, fosse esquecido; c) o não envolvimento direto da maior parte dos pesquisadores na luta contra o regime militar.

De todo modo, no começo da transição democrática, isto é, de 1985 à primeira eleição direta para presidente da República (1989), os sujeitos do presente, seja por uma ou outra das razões acima mencionadas, não demonstraram interesse em convocar aquele passado. Contudo, o contexto político nacional desde 2016, ano do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (PT), gerou postura diferente do campo acadêmico em relação ao passado. A ditadura militar passou a ser citada e relacionada ao padrão da política dominante no Brasil desde a eleição de Jair Bolsonaro, um político de direita, à presidência da República (2018) e **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-22, e-rte331202472, 2024.**



foi essa alteração na política nacional após quatro governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que fez da ditadura militar um tema de interesse nas universidades brasileiras desde 2018.

Essa mudança de perspectiva dos sujeitos do presente sobre o seu passado proporcionou ao campo da história da educação vivenciar uma lição da teoria segundo a qual a mudança nas circunstâncias atuais pode provocar a volta ao passado. Isso porque é sempre o interesse do presente que traz de volta um determinado passado. No caso em questão, foi a mudança da política nacional, em 2018, o motivo para que um passado pouco lembrado, até mesmo negligenciado, voltasse a ser convocado. Em termos teóricos, como escreve Adam Schaff, a história é reescrita por algum dos motivos a seguir: 1. descoberta de fontes que não eram conhecidas; 2. necessidade de conhecermos aspectos impossíveis de terem sido conhecidos na época em que os acontecimentos ocorreram; 3. necessidade de darmos nova resposta a um mesmo acontecimento do passado. Todas essas razões decorrem das circunstâncias do presente, portanto é ele que nos provoca também a formular novas perguntas ao passado.

Para nós, também são caras as lições de Fernand Braudel sobre o tempo histórico. Em sua obra, composta por dois volumes, “*O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*”, ele interpretou a história levando em conta três tempos: 1. O acontecimento; 2. A conjuntura; 3. A longa duração. Distinguindo superfície (acontecimentos) das águas profundas do mar (essência) o historiador francês afirmou que a força das permanências é maior que a das mudanças. Para ele, uma dessas permanências é a forma de pensar, que resistem a decretos, leis e até mesmo a revoluções. No livro I, ao tratar das permanências, ele dedica os quatro primeiros capítulos que perfazem 305 páginas para tratar do clima, dos mares, litorais, montanhas, planaltos e planícies para, só então, tratar da unidade humana. Com essa perspectiva teórica, ele escreveu uma história sobre os povos do Mediterrâneo mostrando as mudanças pelas quais eles passaram. Porém, na conclusão da obra, ele reafirma a sua inclinação para as estruturas ao dizer que continuava a ver o ser humano “encerrado dentro de um destino que dificilmente constrói” (Braudel, 1984, p.625).



O GOLPE DE ESTADO DE 1964

O golpe de Estado de 1964 tem profundas raízes na formação histórica autoritária que marca o Brasil. Depois de mais de três séculos como colônia portuguesa, quando se tornou independente de Portugal, o Brasil adotou o regime monárquico (1822 – 1889). Foram tardias a extinção da escravidão (1888) e a adoção do regime republicano (1889). A República, em sua primeira fase, que chegou até 1930, foi governada pelos grandes senhores de terras pertencentes às oligarquias agrárias. O seu protagonismo político durou até 1930, quando, então, uma ruptura institucional oriunda das contradições políticas dessa própria classe e da incipiente urbanização pela qual passava o País levou ao poder Getúlio Vargas, uma das figuras mais lendárias da política nacional.

Desde a adoção da política nacional-populista (Vargas), o País vinha se modernizando, integrando suas diferentes regiões sob a bandeira do nacionalismo e do desenvolvimento, levando à cena política novos protagonistas. No Nordeste, as Ligas Camponesas começavam a se organizar e, nas poucas cidades, emergia um nascente protagonismo urbano das classes médias, principalmente estudantes universitários de São Paulo e Rio de Janeiro.

O Brasil do pré-1964 foi compreendido por Paulo Freire como em trânsito, isto é, uma sociedade fechada caminhando para se tornar aberta. Segundo analisou no livro *Educação como prática da liberdade*, essa transição, marcada pela inexperiência democrática, deveria ser compreendida por pares de conceitos antitéticos: sociedade fechada x sociedade em trânsito; elite superposta x elite integrada; sectário x radical; esmagar x convencer; massa x povo; para o povo x sobre o povo; consciência intransitiva x consciência transitiva; polêmica x diálogo (Freire, 1978, p. 63). Essa forma de compreender o Brasil, com ênfase na consciência coletiva e não no modo de produção, caracterizava a mudança de uma sociedade rural-agrária para urbano-industrial na qual a educação cumpriria o papel principal na passagem da consciência ingênua para a consciência crítica. Desse modo, a fim de superar essa situação histórica e, apoiado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela ala católica que havia aderido à Teologia da libertação, Paulo Freire começou a pôr em prática o seu método de alfabetização de adultos. Coerente com sua teoria, sua visão cristã de mundo e

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-22, e-rte331202472, 2024.



sua compreensão do Brasil, preconizava que, ao enorme contingente que nunca havia pisado o chão de uma escola, não bastaria uma alfabetização com métodos convencionais. Deveria ser fornecido a esses adultos o instrumental da escrita e as ferramentas para interpretar o mundo, ou melhor, para ler o mundo, segundo a máxima do educador pernambucano. Ele aproveitou as possibilidades institucionais abertas pela mobilização popular que caracterizava os primeiros anos da década de 1960, fato que coincidiu com o interesse do governo de João Goulart (PTB), eleito Presidente naquele ano. Segundo Francisco Weffort, no Prefácio ao livro de Freire, predominava no Brasil a inexistência legal da cidadania política da maioria da população em idade adulta, pois, de 34,5 milhões de pessoas com 18 anos ou mais, apenas 15,5 milhões eram eleitores.

Em meio à instabilidade política que marcava o governo populista, o movimento popular de alfabetização de adultos foi considerado subversivo pelos conservadores, que fizeram dele motivo para mais desestabilização. Considerado tóxico pela esquerda e sindicalista pela direita, João Goulart reuniu uma multidão na Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, defendendo as suas reformas em um dos discursos mais memoráveis da história política brasileira. Logo em seguida, no ambiente crescente de mobilização popular, aconteceu um ato de indisciplina conhecido como revolta dos marinheiros, que atingiu a hierarquia militar. Foi a gota d'água para a deposição do Presidente João Goulart no dia 31 de março de 1964. Nas palavras de Florestan Fernandes, o maior sociólogo brasileiro, “o golpe militar de 1964 foi o fechamento de um ciclo da ‘revolução burguesa’ no Brasil e início de outro, embora ambos dirigidos pelo Estado. O segundo foi realizado pela via autoritária, ‘autocrática’” (Florestan, 1981, p. 289).

Desse modo, chegou ao fim a experiência política democrática que havia se iniciado em 1945 com o fim da ditadura instituída por Vargas. Na visão dos militares, contudo, eles teriam se antecipado aos “comunistas”, que estariam preparando uma revolução nos moldes cubanos e soviéticos. Alicerçava essa percepção o pensamento geopolítico do general Golbery do Couto e Silva, um dos mais importantes intelectuais do regime militar. Segundo ele, o Brasil se definia como parte integrante do Ocidente, seja por sua formação histórica, cultura ou posição geográfica e, por isso, deveria esposar as três marcas do Ocidente: ciência, **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-22, e-rte331202472, 2024.**



cristianismo e democracia. Para Golbery, o lugar natural do Brasil era ao lado dos Estados Unidos da América e longe do Oriente “comunista e obscurantista”. Esse entendimento, decorrente da bipolaridade ideológica da Guerra Fria, embasou e justificou os argumentos daquele que viria a ser o mais importante Ministro da Educação do regime militar, Jarbas Passarinho, responsável pela reforma da educação, em 1971. Ancorado nessa teoria geopolítica, ele sustentou até à sua morte, ocorrida em 2016, que os militares é que teriam defendido a democracia realizando uma “contra-revolução para impedir que o comunismo chegasse ao poder e transformasse o Brasil em uma imensa Cuba” (Couto e Silva, 1967, p. 112). O Coronel Jarbas Passarinho teve vida longa e, de 1995 a 2006, escreveu regularmente no jornal *O Estado de S. Paulo* defendendo o regime do qual participou. Para este estudo, foram consultados 55 artigos publicados por ele, que se incumbiu de tal defesa já que estavam quase todos mortos “os que fizeram o 31 de março de 1964” (Passarinho, 2003, p. 2).

Com o golpe, sucederam-se cinco governos militares, de 1964 até janeiro de 1985. Os primeiros, gradativamente, suprimiram as liberdades políticas, instituíram a censura aos meios de comunicação, reprimiram os movimentos estudantis e dos trabalhadores, e extinguiram os partidos políticos que existiam. No âmbito da esquerda, uma parte adotou a luta armada para combater a ditadura militar e, isolada da sociedade, foi praticamente dizimada pela repressão. Convencida de que estava fazendo a coisa certa, ela não entendeu que a sociedade brasileira não apoiaria uma força como aquela mesmo que fosse para combater outra força, isto é, a que tinha usurpado o poder em 31 de março de 1964. Outra parte da esquerda, liderada pelo PCB, compreendeu que a tática de combate deveria ser a atuação nas bases da sociedade para conquistar a democracia e, por isso, passou a atuar no MDB.

A repressão foi ostensiva no governo do General Médici (1969-1974), durante o qual houve focos de guerrilhas contra a ditadura ao mesmo tempo em que o Brasil se tornava tri-campeão mundial de futebol na Copa do Mundo de 1970. A oposição resistia de várias maneiras, uma delas por meio da música. Durante toda a década de 1960, ocorreram festivais que geraram canções de protesto, mesmo que sob metáforas poéticas. A mais entoadada em passeatas foi *Pra Não Dizer Que Não Falei de Flores*, de Geraldo Vandré, conclamando à **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-22, e-rte331202472, 2024.**



luta contra a ditadura com o refrão: “Vem vamos embora que esperar não é saber” (Vandré, 1967). Por sua vez, *Disparada*, de Geraldo Vandré e Théo de Barros, desafiava o poder aludindo a um sonho de viver “num reino que não tem rei”. Associando a forma de tratar gado com pessoas, os autores escreveram: “Porque gado a gente marca; tange, ferra, engorda e mata, mas com gente é diferente” (Vandré, 1966); inspirada no movimento estudantil francês, surgiu também a canção *É proibido proibir* de Caetano Veloso, em 1968, bradando: “Eu digo não ao não. E eu digo: é proibido proibir” (Veloso, 1968).

A REPRESSÃO POLÍTICA E AS REFORMAS EDUCACIONAIS DA DITADURA MILITAR

O Brasil chegou à década de 1960 com quase 40% de analfabetismo adulto, fato que evidencia a ineficiência das políticas educacionais anteriores. Os números expressam que pouco havia mudado no decorrer do século XX: em 1940, a taxa de analfabetismo adulto era de 56,0%; em 1950, era de 50,5% e, em 1960, 39,35%, conforme dados do quadro 2.

QUADRO 1 – Dados populacionais e de escolaridade no Brasil em 1960.

População do País	70.119.071 milhões de habitantes
População de 5 a 19 anos de idade	25.877.611
Matrículas no primário	7.458.002
Matrículas no ensino médio	1.177.427
Total de matrículas	8.635.429
Analfabetismo (15 anos e mais)	39,35% da população
Taxa de urbanização em 1960	45,2%

Fonte: ROMANELLI, Otaíza. História da Educação no Brasil. Petrópolis, 1986 p. 62-81.



A demanda por escolarização começou a crescer depois de 1930. Industrialização e escolarização passaram a andar juntas. Até então, a necessidade de escolas era pouco sentida pela maioria da população, que vivia na área rural, fossem brancos pobres ou descendentes de famílias ex-escravizadas, pois o Brasil havia decretado o fim da escravidão em 1888 sem ter adotado políticas compensatórias.

A baixa escolaridade perdurou nas décadas posteriores e não era ignorada pelos governos militares. A escola primária não abrangia a maioria das crianças; o secundário era cursado por poucos jovens e destinava-se a prepará-los para o curso superior; este, por sua vez, abarcava uma pequena elite; eram poucas as universidades públicas que, no Brasil, significam estatais e sem cobrança de taxas. Segundo Luiz Antônio Cunha, havia cerca de cem mil estudantes universitários, concentrados principalmente na região Sudeste, a mais rica do País. Desse quantitativo de alunos, sobressaía-se o movimento estudantil organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), uma das entidades mais importantes da época. Sua bandeira no período pré-64 era a democratização da universidade e esse movimento entrou na mira da ditadura assim que os militares assumiram o poder.

A ditadura militar propagava um Estado técnico, depurado de ideologia. Com essa concepção, contou com intelectuais em todas as áreas, os tecnocratas do regime. Mário Henrique Simonsen, por exemplo, professor de Economia e Ministro da Fazenda (1974-1979), dedicou um capítulo de seu livro *A nova economia brasileira* à educação. Para ele, o subdesenvolvimento e a deficiência educacional constituíam um binômio que poderia ser superado investindo-se em capital humano. Segundo essa teoria desenvolvida por Theodore Schultz, os indivíduos trabalham em instituições nas quais todos se sentem representados (trabalhadores e capitalistas).

Essa teoria embasou a concepção tecnocrática de educação do regime militar, embora houvesse nuances, pois Jarbas Passarinho, que foi ministro da Educação de 1969 a 1974, propunha conciliar humanismo com tecnologia, expressando duas concepções educacionais: a) a liberal, humanista; b) a funcional, tecnicista. Tal conciliação previa as necessidades do cidadão e as necessidades da produção, conforme escreveu Jarbas Passarinho no artigo *A educação como prioridade nacional*, em 1996. No primeiro aspecto, a educação era vista

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-22, e-rte331202472, 2024.



como criação de cultura; no segundo, o enfoque estava na linha da economia da educação, portanto, mais preocupada com a força de trabalho do que com a pessoa.

Em 1967, visando solucionar o problema do analfabetismo, a ditadura criou o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que passou a funcionar em 1970. Contudo, apesar dos recursos o índice de sucesso foi baixo e o problema voltou a crescer na década de 1980.

Em termos gerais, foi um fracasso. Mas do contingente que alfabetizou, destaca-se o caso da Ministra Marina Silva. Ela assim se referiu ao Mobreal em seu *facebook*: “*Aprendi a ler e a escrever aos 16 anos pelo Mobreal. Quando eu estava no seringal, sonhava em ser freira, e minha avó advertia: freira não pode ser analfabeta*” (Silva, 2018).

Mais conhecida na pesquisa educacional brasileira, no entanto, é a relação entre a ditadura e o movimento estudantil universitário liderado pela UNE, que se encontrava mobilizado por ocasião do golpe militar. Em 1968, ele ocupou universidades nas quais instalou cursos-piloto inspirados nos Movimentos Eclesiais de Base (MEB), protagonizados pela ala católica progressista e no método de Paulo Freire. Algumas escolas ficaram sob controle durante o segundo semestre de 1968, e a rebeldia estudantil ocupou as ruas das principais cidades brasileiras, desafiando o regime com a música de Geraldo Vandré, que se tornou uma espécie de hino da esquerda “caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais, braços dados ou não. Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer” (Vandré, 1968).

A resposta do governo foi imediata: temendo que os estudantes fizessem a reforma com as próprias mãos, foi constituída uma comissão a quem foi dado o prazo de 30 dias para apresentar um projeto de reforma da universidade brasileira. Foi assim que, em novembro de 1968, nasceu a Reforma Universitária (Lei 5540) instituindo os departamentos; a matrícula por disciplina; adoção do vestibular unificado e classificatório. Em termos organizacionais, a Reforma adotou o modelo norte-americano; mas em termos de concepção acadêmica, o modelo europeu, pois o ensino passou a ser concebido como atividade indissociável da pesquisa. Além disso, os colegiados universitários passaram a contar com participação de professores e estudantes como também foi instituída a representação discente por meio de

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-22, e-rte331202472, 2024.



Diretórios Acadêmicos. Quanto à nomeação de reitores, passou a ser por lista sêxtupla encaminhada das universidades ao Ministério da Educação. A Reforma Universitária foi rejeitada pelo movimento estudantil por não ter sido feita com a sua participação e por ter sido entendida como influência norte-americana na universidade brasileira.

Ao mesmo tempo em que a ditadura facilitava a expansão da rede privada no ensino superior, adotou o princípio segundo o qual cada estado da federação teria a sua universidade, o que resultou na consolidação da rede federal. Outra política importante foi a institucionalização da pesquisa dentro das universidades por meio do credenciamento nacional dos cursos de Pós-Graduação que haviam sido criados em 1965¹. O aspecto contraditório gerado por essa política foi o fato de que os primeiros cursos de Pós-Graduação fomentaram críticas contínuas sobre a política educacional do regime militar e foi neles que a interpretação marxista ganhou força.

O caráter autoritário da política educacional da época ficou expresso no entendimento do regime militar segundo o qual as universidades não deveriam ser “clubes políticos”, mas, sim, “integradas ao desenvolvimento”. Para isso, além da Reforma de 1968, a ditadura criou o Projeto Rondon, do qual, por meio de ações sociais controladas, esperava obter um estudante universitário integrado. Um *slogan* do pensamento tecnocrata da época era o seguinte: “Nem revolução nem iê-iê-iê” (Covre, 1981, p. 82), numa alusão aos jovens de esquerda que entoavam as canções de protesto político e também aos que começavam a seguir a Jovem Guarda, movimento cultural da década de 1960, liderado pelo cantor e compositor Roberto Carlos. Na visão moralista dos militares, nem uma coisa nem outra era positiva para os jovens brasileiros.

Após realizar a Reforma Universitária, foi a vez de reformar a escola pública, que, até a década de 1960, era considerada de ótima qualidade, mas restringia-se a uma pequena parcela de crianças. Além de poucas, a obrigatoriedade escolar abrangia apenas os quatro anos do curso Primário. Por isso, segundo o pensamento tecnocrático dos governos pós-64 era preciso expandir o sistema educacional transformando-o de área retardatária em setor prioritário do desenvolvimento nacional. Como explicar que durante um regime autoritário, que prendeu e fez uso da tortura para combater os seus opositores, a escola pública tenha sido



expandida? A resposta está na própria base produtiva do modelo econômico instaurado por ele, isto é, a consolidação da sociedade urbano-industrial. Segundo a obsessão militar para modernizar o país, era necessário um mínimo de escolaridade para que ele ingressasse na fase do “Brasil potência”, um dos maiores slogans da época. Sem escolas, isso não seria possível. Assim, nasceu a Reforma de 1971 (Lei 5692), que duplicou a escolaridade obrigatória de quatro para oito anos na escola pública brasileira, dando início à expansão que trouxe para a escola o contingente de crianças que estava fora dela. Esta passou a ser a nova característica do sistema que, ao se expandir, perdeu a qualidade anterior, aspecto fartamente reconhecido pela literatura educacional brasileira.

O processo de expansão foi marcado pela construção de escolas às pressas, em grande escala, de norte a sul, de leste a oeste do imenso Brasil, um novo padrão que substituiu as belas escolas que orgulhavam o país.

Que escola foi essa? Aquela que, para atender à demanda escolar reprimida, funcionava em turnos intermediários, com pouco mais de três horas de aula mal aparelhada, mal mobiliada, precariamente construída.

Passando a ser a instituição pública mais presente em todo o Brasil, fez com que se tornasse *locus* de realização de outras políticas implantadas na época, como a vacina obrigatória contra doenças que afetavam as crianças. Além disso, foi adotado o Programa de Merenda Escolar.

Em decorrência da Reforma de 1971, efetivada pelo então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, foi formada uma nova categoria docente, que nasceu às pressas, a fim de atender ao crescimento das matrículas em todo o País. Tais circunstâncias geraram o sindicalismo docente, fenômeno novo na vida política do País no final da década de 1970. Manifestando-se nas ruas, essa categoria profissional aliou-se ao movimento estudantil secundarista e universitário, que se tornou uma das mais importantes forças contrárias ao regime militar. Canções de protesto voltaram a ser entoadas nas históricas manifestações que, entre março de 1983 e abril de 1984, culminaram com milhões de pessoas nas ruas pedindo *Diretas Já*, isto é, a volta das eleições para Presidente da República. Um dos sambas que ficaram identificados com esse movimento foi *Apesar de você*, de Chico Buarque que, por **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-22, e-rte331202472, 2024.**



meio de metáforas, criticava a ditadura, dizendo que “hoje você é quem manda, falou tá falado, não tem discussão, mas, “apesar de você, amanhã há de ser outro dia” (Holanda, 1978).

Os últimos anos da ditadura militar foram marcados pelo crescimento das manifestações e desgaste político do regime. Reagindo contra o avanço popular, a linha dura da ditadura cometeu atos extremos, como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, nos corredores do II Exército de São Paulo, em outubro de 1975.

Incapaz de conter a resistência democrática, o governo do General Ernesto Geisel (1974-1979) adotou então a política de “abertura, lenta, gradual e segura”, conforme sustentou Elio Gaspari em seu livro *As ilusões armadas*. Segundo ele, isso significava ceder em alguns aspectos, como abrandamento da censura. A partir daí, ocorreu a Lei da Anistia (1979); a volta das eleições para governadores dos estados (1982) e o amplo movimento das *Diretas-Já* (1983-1984). A esperança de um futuro melhor inspirou a canção o bêbado e o equilibrista, que embalou comícios e passeata da época. A letra de Aldir Blanc fazia referência aos exilados dizendo: “Chora a nossa pátria mãe gentil”, sonhando com a volta de “tanta gente que partiu” (Blanc; Bosco (1979). Ela ficou indelevelmente ligada ao movimento pela anistia aos presos políticos.

Apesar do avanço das manifestações populares desde o final da década de 1970, o fim da ditadura não aconteceu como os setores progressistas e de esquerda desejavam, pois, da diversidade que compunha a frente democrática contra a ditadura, a hegemonia era exercida pelos setores conservadores, incluindo importantes políticos que haviam estado ao seu lado. Prova disso foi a emenda das eleições diretas para Presidente da República derrotada pelo Congresso Nacional, em abril de 1984ⁱⁱ. Com isso, a sucessão do último general que governou o Brasil, João Batista de Figueredo (1980-1985), ocorreu de forma indireta, fato que permitiu eleger, em abril de 1985 José Sarne, que havia apoiado o regime, primeiro Presidente civil. Finalmente, em 1989, foi eleito Fernando Collor de Mello, de direita, o primeiro Presidente pelo voto direto, derrotando Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Essa eleição simboliza de forma cristalina a tendência que marcou a transição democrática.



MUDANÇAS E PERSISTÊNCIAS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS APÓS A DITADURA MILITAR

Desde o final da década de 1970, uma tendência marcante na vida política nacional foi a participação política dos professores públicos, a maior categoria profissional do Brasil. Com o fim da ditadura, associações sindicais, acadêmicas e científicas foram criadas em todo o País. Quanto ao funcionamento do sistema nacional de educação, ele havia sido construído precariamente e, além disso, não cumpria os oito anos de escolaridade obrigatória previstos na Reforma de 1971. Ao lado desse desafio, era urgente valorizar a carreira docente, melhorar o nível de aprendizagem das crianças como também as instalações escolares.

Primeiramente, vejamos os efeitos da expansão quantitativa. Em 1950, apenas 36,2% das crianças de 7 a 14 anos de idade tinham acesso à escola. Em 1990, eram 88%, de acordo com José Goldemberg no artigo *O repensar da educação no Brasil*, publicado em 1993. O Censo Escolar de 1991-2002 registrou 35.150.362 de matrículas no ensino obrigatório que, atualmente, é de nove anos. O ensino médio, por sua vez, em 1960, registrava 1.177.427 alunos matriculados. Em 2002, segundo o mesmo Censo, eram 8.710.584 de alunos matriculados nesse nível de ensino. Apesar desses avanços quantitativos, prosseguia a disparidade de matrículas entre um grau e outro, além da persistência do analfabetismo. Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), de 2003, evidenciaram que 10,6% dos brasileiros com dez anos ou mais de idade declararam-se incapazes de ler e escrever.

Do final da ditadura militar a 2024, as principais forças políticas que participaram da resistência democrática já governaram o Brasil. Em termos de políticas educacionais democráticas, três concepções desse espectro político se tornaram bem conhecidas: a do PMDB; a do PSDB e a do PT. Durante esses quase quarenta anos, ao lado da expansão quantitativa e da extensão da escolaridade obrigatória para nove anos, o Brasil vem mantendo contraste entre o crescimento e fortalecimento do ensino superior e as persistentes taxas de baixa aprendizagem dos alunos da escola pública. O Relatório intitulado *Um ensino que tem*
Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-22, e-rte331202472, 2024.



muito a aprender, elaborado por Jane Wreford, da Comissão de Auditoria da Inglaterra, que, a pedido do Instituto Fernand Braudel, passou um mês visitando escolas públicas paulistas na Grande São Paulo, em 2002, nos dá uma visão desses problemas.

Além de registrar problemas sobre a didática dos professores, a falta de foco individual no aluno devido à alta carga horária de trabalho, bem como o grande número de faltas, a rotatividade e os baixos salários, Jane Wreford acrescentou que nas aulas de Geografia a que assistiu, não havia sequer mapas à disposição.

A universalização da escola pública brasileira recebeu impulso nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2002), especialmente no ensino fundamental que, em 2004, apresentava 94,4% de Taxa de Escolarização Líquida. A sua política educacional privilegiou a escola pública e deixou estagnado o sistema federal de ensino superior público, o que o tornou combatido pelo sindicalismo docente. Durante os seus dois governos, esse movimento, de maioria pertencente ao Partido dos Trabalhadores (PT), recrudescer a polarização ideológica que se manifestou por meio do “nós contra eles”.

Na chamada “era FHC”, a redução do papel do Estado nas universidades públicas gerou longas greves contra a privatização. Com efeito, as universidades privadas vinham ganhando espaço desde os governos militares que, mesmo tendo impulsionado o sistema federal, facilitou regras para a expansão do setor privado. O Censo da Educação Superior de 2008 registrou que, do total de 2.252 Instituições de Educação Superior, 236 pertenciam ao setor público ao passo que 2.016 ao setor privado, ou seja, 90% do total. Com relação às matrículas, do total de 5.080.056 alunos, 1.273.965 estavam frequentando as instituições públicas, representando 25%; enquanto 75%, ou 3.806.091, estavam matriculados em instituições privadas.

No sistema de escolas públicas, a situação é invertida. Em 2020, o Brasil registrou 47,3 milhões de matrículas distribuídas por 179,5 mil escolas de educação básica. Desse total, 38,5 milhões estão na rede pública comparativamente a 8,8 milhões na rede privada, de acordo com dados do INPE/2020.

Apresentaremos a seguir uma síntese sobre as políticas educacionais após a ditadura militar. Primeiramente, o fato da maior importância foi ter assegurado na Constituição de **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-22, e-rte331202472, 2024.**



1988 a aplicação anual obrigatória em educação por parte da União (18%), e dos estados e municípios (25%) das receitas de impostos (Artigo 212). Esse percentual foi aumentado se o compararmos com o previsto na Constituição de 1946, também elaborada após uma ditadura.

Dado novo para o sistema, foi instituição da política de avaliação praticada pelo Ministério da Educação desde os governos de Fernando Henrique Cardoso, o que possibilitou conhecer dados difundidos pelos Censos da Educação Básica e da Educação Superior. Com base neles, foi possível constatar que os níveis de aprendizagem eram muito baixos em todo o sistema. Um dos fatores responsáveis por tal problema eram os baixos salários dos professores, o que levou à criação de uma importante política almejada pelo movimento docente desde a luta contra a ditadura militar, um piso salarial nacional. Em 1996, foi criado o fundo nacional para o desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), ampliado no Governo Luiz Inácio Lula da Silva para toda a educação básica, abrangendo os nove anos do ensino fundamental e o ensino médio, passando a chamar-se FUNDEB. Além disso, os governos do PT expandiram a rede de universidades federais e dos Institutos Federais de Educação Tecnológica dedicados ao ensino médio. Em 2019, eram 661 unidades federais, entre Institutos e Universidades espalhados pelo Brasil e estão previstos pelo atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva mais cem unidades em 2024.

Outro traço característico do sistema, desde o fim da ditadura militar, foi a expansão e fortalecimento da Pós-Graduação que, em 2022, mantinha 7022 cursos de Mestrado e Doutorado em todas as regiões do País, totalmente gratuitos para estudantes de Mestrado e Doutorado, característica ímpar do sistema público brasileiro. Em contrapartida, a maior parcela de jovens, que está na rede privada, paga mensalidades para estudar. Nesse nível, a educação brasileira conta com apoio de agências financiadoras da pesquisa, sendo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criados em 1951, os mais importantes. Eles concedem bolsas de estudo que beneficiam alunos de Mestrado e de Doutorado, sejam eles do sistema público ou privado.

Política típica das últimas décadas praticadas pelos governos do PT são as práticas de inclusão adotadas pelas universidades públicas, sobressaindo as cotas para negros e indígenas.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-22, e-rte331202472, 2024.



Ao lado disso, foi expressivo, após a ditadura militar, o fortalecimento de entidades acadêmicas e científicas, inclusive com participação de pesquisadores em todos os níveis da gestão universitária e das agências de pesquisa, incluindo eleição de reitores. Está consagrada na lei máxima da educação brasileira (LDB de 1996) a gestão democrática nas escolas e universidades.

Contudo, uma distorção vem marcando todo o sistema desde o final da ditadura militar. Em 2019, o Brasil investiu 5,6% do seu PIB em educação, porcentagem acima da média dos países da OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que congrega 38 países, a maioria europeus, além de Chile, Colômbia, Costa Rica e México. Mas o investimento por aluno no Brasil é abaixo do praticado pelos países membros da OCDE. O gasto anual por aluno do ensino superior foi de US\$ 14.202 contrastando com US\$ 3.866 por aluno do ensino fundamental e médio.

Quanto à categoria docente, em 2019 eram cerca de 2,5 milhões, dos quais a maior parte (2,192 milhões) na escola básica contrastando com 349.776 no ensino superior. Do total de professores hoje no Brasil, apenas 345,6 mil estão na zona rural, o que comprova o grau acelerado da urbanização desde a década de 1970. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de urbanização em 2020 chegava a 90% da população.

Outra mudança foi o perfil social dos professores, que, da década de 1920 à de 1960, eram provenientes das camadas sociais mais privilegiadas, hoje compõem-se de camadas médias e populares. Além disso, há grande desnível salarial entre os docentes da escola pública e os docentes do ensino superior bem como desinteresse crescente pela profissão na educação básica, dado chama a atenção porque durante a ditadura militar a profissão cresceu.

O panorama dos quase 40 anos da educação brasileira após a conquista da democracia, em 1985, foi agravado com a pandemia (2020-22), que vitimou crianças e jovens das camadas populares. A necessidade de ensino remoto evidenciou que na maior parte das escolas brasileiras havia despreparo tecnológico e falta de conhecimento para ensinar por meios virtuais. Levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, mostrou o aumento de crianças que não saiam ler nem escrever em 2021, o que ampliou a defasagem escolar e enfraqueceu o vínculo dessas crianças e jovens com a escola. No ensino médio, os dados

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-22, e-rte331202472, 2024.



evidenciaram que apenas 30% de jovens o concluíram com proficiência em Língua Portuguesa.

CONCLUSÕES

O ano de 2024 marca os 60 anos do golpe militar no Brasil e representa o futuro de um regime que terminou em 1985, mas deixou marcas duradouras. Essas marcas serão apresentadas como conclusões considerando os três momentos históricos aqui tratados: o golpe em si; a ditadura militar (1964-1985); e o período atual iniciado em 1985 com a conquista da democracia.

A primeira conclusão é a de que o golpe de Estado (1964) contrariou a perspectiva das forças progressistas e de esquerda. Paulo Freire, por exemplo, acreditava que o Brasil caminhava para ser uma sociedade aberta. Mas ao contrário, ele caminhou para a ditadura. Os 21 anos do regime militar expressaram uma forma específica de autoritarismo impregnado na formação histórica brasileira, pois ao mesmo tempo em que a ditadura suprimiu as liberdades políticas, instituiu um modelo econômico que industrializou, modernizou e urbanizou o País. Um dos maiores orgulhos dos tecnocratas do regime militar foi o fato de que o Brasil deixou a posição de 49.º lugar das economias do mundo, passando para o 8.º lugar.

A política educacional da ditadura militar não pode ser compreendida sem considerar a obsessão dos militares pela modernização. As duas reformas educacionais realizadas pela ditadura foram feitas de cima para baixo, por uma comissão de especialistas, conforme o pensamento militar, sem participação de professores e estudantes, e, por isso, de maneira rápida. A Reforma Universitária de 1968, vista na perspectiva do tempo, deixou marcas indelévels, pois até os dias de hoje, em essência, os seus traços são predominantes. As tentativas de reforma posteriores, como nos dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) encontraram forte resistência no sindicalismo docente, principalmente quanto à expansão de vagas na rede federal por meio da instalação de cursos noturnos.

A essência organizacional das universidades federais brasileiras, ainda hoje, é herança da Reforma Universitária de 1968, que extinguiu as cátedras e instituiu a carreira única, com **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-22, e-rte331202472, 2024.**



salários e direitos iguais, sem hierarquia ou distinção entre os docentes que compõem os departamentos. Essa mesma política foi adotada nos Institutos Federais expandidos pelos governos do Partido dos Trabalhadores.

As duas mudanças mais significativas na universidade brasileira depois de 1985 foram as seguintes: 1. Implantação das políticas de avaliação em todos os níveis adotadas pelos governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB, 1994-2001); 2. Políticas de ação afirmativa adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT, 2002-2016).

O atual regime político equivale ao maior período de democracia que o Brasil vive em toda a sua história e, no entanto, esses quase quarenta anos mantem uma das maiores injustiças e contradições do sistema educacional brasileiro: o fortalecimento do ensino superior e prestígio da pesquisa em contraste com a ineficiência da escola pública.

A política nacional, em 2024, evidencia um quadro muito mais complicado do que o previsto pelas forças que derrotaram a ditadura militar em 1985. Um mundo globalizado, conectado em redes; a utopia socialista em queda desde o fim da URSS (1991); a mudança da geopolítica que mostra o declínio dos valores ocidentais; e queda drástica na credibilidade das representações políticas. No caso brasileiro, além de todos esses ingredientes, a mobilização popular está em declínio, o número de pessoas sindicalizadas caiu enormemente e a má gestão pública é cada vez mais patente. Enquanto a maioria da população passou a se manifestar por meio das redes sociais, o Estado e o padrão da política que o Brasil praticou para derrotar a ditadura militar e construir a transição democrática, não acompanham o ritmo da revolução tecnológica gerando descrença na própria democracia.



FIGURA 1: Manifestação organizada pelo PCB contra a ditadura militar. Campo Grande – MS, 1984.



Fonte: Arquivo sobre a ditadura militar. Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

REFERÊNCIAS

BLANC, Aldir; BOSCO, João. **O bêbado e a equilibrista**. 1979

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. V. 2. São Paulo: Martins Fontes Ltda., 1984. 2vs.

COUTO e SILVA, Golbery. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo. José Olympio, 1967.

COVRE, Maria de Lourdes. **A fala dos homens**. São Paulo, 1981.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-22, e-rte331202472, 2024.



IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil 1930-1970**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

HOLANDA, Francisco Buarque de. **Apesar de você**. 1978.

OS comunistas saem das sombras. Campo Grande. **Jornal da Cidade**, 19 a 25 de maio, 1985. p. 6.

PASSARINHO, Jarbas. Reescrevendo a História. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 dez. 1997. Caderno A.

PASSARINHO, Jarbas. Pode a História ser apagada? **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 abr. 2003. Caderno A.

PASSARINHO, Jarbas. A batalha perdida. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1999. Caderno A.

PASSARINHO, Jarbas. A educação como prioridade nacional. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 1996. Caderno A.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, 1986.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 4. ed. Tradução Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SILVA, Marina. *Facebook*, 21 julho, 2018.

VANDRÉ, Geraldo. **Prá não dizer que não falei das flores**. 1967.

VANDRÉ, Geraldo e BARROS, Théo de. **Disparada**. 1966.

VELOSO, Caetano. **É proibido proibir**, 1968.

WREFORD, Jane. **Um ensino que tem muito a aprender**. São Paulo, 2003, p. 6.



WEFFORT, Francisco. Prefácio. *In*: FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978, p. 9.

b

ⁱ A pesquisa instituída pelos governos militares não se restringiu às universidades. Em 1973, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento agrícola nacional por meio da geração de conhecimentos e soluções tecnológicas para melhorar a qualidade e produtividade do campo, hoje referência mundial em pesquisa nessa área.

ⁱⁱ “Diretas-Já” (1983-1984) foi o maior movimento popular do Brasil, reunindo políticos, sindicalistas, professores, artistas, cientistas etc. Nasceu da iniciativa do parlamentar Dante de Oliveira (MDB), de apresentar uma emenda à Constituição propondo a volta da eleição direta para Presidente da República, que deveria ocorrer em 1985. Apesar do enorme apoio com que contou, a Emenda não conseguiu os dois terços necessários para a sua aprovação pelo Congresso Nacional; faltaram-lhe apenas 22 votos e essa derrota foi uma das maiores frustrações populares que marcaram a história política brasileira.

SOBRE A AUTORIA:

[*] Professora Titular de História, Filosofia e Políticas da Educação (UFSCar). ORCID:

<https://orcid.org/0000-0002-3990-3210>. E-mail: bittar@ufscar.br

Submetido em: junho de 2024.

Aprovado em: outubro de 2024.

Publicado em: novembro de 2024.